



Relatório de Análise de Impacto

Nº do processo: 21000.061882/2021-92 Descrição: REQUISITOS PARA ESTABELECIMENTOS AGROINDUSTRIAIS DE PESCADO E SEUS DERIVADOS INCLUINDO AGROINDUSTRIA DE PEQUENO PORTE.

Tipo de Norma: Portaria

Unidade Responsável: DIPOA

Regime de tramitação: Comum Urgente

CPF	Nome	Email	Ramal
***.966.477-**	CRISTHIANE STECANELLA DE OLIVEIRA	cristhiane.cattani@agricultura.gov.br	6132182014
***.478.377-**	JAMYLE SAAD MAIOLINO VIANNA	jamyle.vianna@agricultura.gov.br	6132182014
***.334.693-**	FRANCISCO IVES TAVARES PEREIRA	ives.tavares@agricultura.gov.br	6132182014
***.936.172-**	CARINE OLIVEIRA ALVES DE CASTRO	carine.alves@agricultura.gov.br	6132182014
***.990.256-**	ALINE FERNANDES NETO SALAZAR	aline.salazar@agricultura.gov.br	6132182014
***.185.355-**	ANA PAULA FRANCO DE SOUZA	ana.franco@agricultura.gov.br	6132182014

1 - Descrever brevemente qual o problema ou a situação que a proposta pretende solucionar. (Elabore um texto de cinco a dez linhas).

Em função da determinação de regulamentar a estrutura física da agroindústria de pequeno porte prevista no Decreto do SUASA e no RIISPOA, foi editada a Instrução Normativa nº 05-2017, que apresenta particularidades da estrutura física, dependências e equipamentos para a produção em pequena escala. A demanda em apreço surgiu por meio da necessidade de se harmonizar e regulamentar, com a inclusão da agroindustrialização de produtos de origem animal de pescado e derivados produzidos em pequena escala por estabelecimentos da agricultura familiar e dos produtores rurais. As diretrizes gerais a todos os estabelecimentos agroindustriais de pequeno porte, em relação a estrutura física, dependências e equipamentos permanecem conforme disposto no capítulo I das disposições gerais e capítulo II dos requisitos gerais de estrutura física e dependências previstas na IN nº 05/2017. A partir do capítulo II deste ato normativo, houve a inclusão das particularidades do estabelecimento agroindustrial de pequeno porte de leite e derivados, seguido do capítulo IV que incluiu as particularidades do estabelecimento

2 - Indique a legislação que ampara a resolução do problema ou situação, no âmbito das atribuições legais e regulamentares do MAPA e da SDA.

DECRETO 5741/2006; DECRETO 9013/2017; IN 5/2017; IN 16/2015; LEI 8171/1991.

3 - Esse problema ou situação pode ser considerado como uma prioridade institucional? Indicar objetivamente as razões.

SIM, é uma prioridade institucional. Na proposta foi incluída a previsão para registro dos estabelecimentos de produção de pescado móvel e flutuante, com os requisitos para que sejam incluídos nesta normativa. Da mesma forma foram incluídos os estabelecimentos modulares. A demanda dos estabelecimentos flutuantes foram oriundas da região norte do país principalmente, considerando a navegação dos rios e comunidades ribeirinhas para que tenham acesso a instalações adequadas de processamento e posterior comercialização dos seus produtos. As demandas de inclusão na normativa de estabelecimentos móveis surge como uma alternativa para que estruturas adequadas para o processamento de pescado sejam uma opção viável para a modernização da agricultura familiar. Os estabelecimentos móveis foram desenvolvidos pela EMBRAPA em 2014, o que torna mais que necessário a sua regulamentação para uso. Os estabelecimentos modulares incluídos na proposta da normativa são uma realidade em muitos Municípios e Estados e que não estavam regulamentados e são fundamentais para o desenvolvimento das atividades da

4 - Quais seriam os principais atores afetados ou interessados em conhecer e discutir o ato normativo proposto? (Apontar os dados de identificação dos atores de modo mais completo possível: nome ou instituição, endereço, telefone de contato, fax, e-mail etc.)

Estabelecimentos processadores de pescado, estabelecimentos de pesca, institutos de pesca, serviços de inspeção dos municípios, estado e federal, instituições de ensino e pesquisa, fabricantes de equipamentos e insumos.

5 - Se o MAPA não adotar alguma medida para resolver o problema ou situação (hipótese de não ação), qual seria a tendência com relação às consequências? (Marque apenas uma opção).

- Agrava-se rapidamente
- Agrava-se lentamente
-



Relatório de Análise de Impacto

Mantém-se estável

- Resolve-se lentamente
 - Resolve-se rapidamente
 - Imprevisível
-



Relatório de Análise de Impacto

6 - Quais são as alternativas identificadas, além da regulamentação e da inação, para enfrentar o problema e alcançar os objetivos definidos? (Aponte todas as medidas alternativas identificadas)

Não há alternativas identificadas.

7 - Quais são os principais impactos (econômicos, sociais, ambientais) esperados (positivos e negativos, desejáveis e indesejáveis, diretos e indiretos) de cada alternativa identificada, incluída a regulamentação e a inação, sobre cada ator ou grupo afetado? (Descarte alternativas inviáveis, ineficazes ou de difícil implementação)

Regulamentação aspectos positivos: inclusão facilitada de estabelecimentos de pequeno porte, previsibilidade jurídica, redução da clandestinidade no setor de pesca. Aspectos negativos não há. Inação: aspectos positivos: não há, manutenção do mesmo status atual. Aspectos negativos: manutenção do mesmo status atual, sem inclusão ou incremento de novos estabelecimentos e produtos com inspeção.

8 - Compare as alternativas viáveis encontradas, pelo menos em termos de efetividade e eficiência, e aponte a alternativa recomendada.

A regulamentação demonstrou ser a única alternativa que pode melhorar a situação como demonstrada nos quadros anteriores.

9 - O problema ou situação já foi regulamentado em outros países? (Se sim, especificar as autoridades e o modo como regulamentaram o assunto em seus países).

- Não
- Sim. Especificar.

10 - Existem outros atos normativos vigentes no Brasil ou em acordos dos quais o país é signatário que são aplicáveis ao problema ou situação? (Se sim, indicar as principais normas vigentes: leis, decretos, resoluções, portarias, etc.).

- Não
 - Sim. Especificar.
-



Relatório de Análise de Impacto

11 - Existem atos normativos passíveis de serem afetados pela disposição pretendida?

- Não
- Sim. Especificar.

12 - Quais são os objetivos pretendidos com a proposta desse ato normativo e os benefícios esperados a partir da sua implementação? (Escreva os objetivos em forma de tópicos. Distinguir os benefícios de curto, médio e longo prazo)

- Curto prazo: harmonizar e regulamentar particularidades da estrutura física, dependências e equipamentos para a produção em pequena escala. Médio e longo prazo: inclusão da agroindustrialização de produtos de origem animal de pescado e derivados produzidos em pequena escala por estabelecimentos da agricultura familiar e dos produtores rurais.

13 - Quais são as medidas contidas no ato normativo para alcançar os objetivos pretendidos? (Escreva os objetivos em forma de tópicos)

Art 2º da minuta de portaria- inclui estabelecimentos móveis e flutuantes de pescado, demanda incluída considerando a navegação dos rios e comunidades ribeirinhas para que tenham acesso a instalações adequadas de processamento e posterior comercialização de seus produtos. Art. 4º da minuta de portaria- define e quantifica a produção de pescado para que o estabelecimento seja considerado de pequeno porte. Capítulo III, seção I das instalações e equipamentos- harmoniza a estrutura necessária para a produção de pescado e derivados, trazendo aspectos da produção existente. capítulo IV das operações de abate de rãs e jacarés- inclui a agroindustrialização do pescado capturado em comunidades ribeirinhas e da produção em cativeiro, com regras claras sobre o abate destes animais.

14 - Existem estimativas sobre os custos da implementação do ato normativo proposto, incluindo a sua distribuição entre os diversos atores ou grupos afetados? (Se sim, anexar os dados e documentos pertinentes)

- Não
- Sim. Especificar.

15 - Quais são os recursos necessários para a implementação do ato normativo proposto? (Marque todas as opções aplicáveis)

- Infraestrutura já disponível na unidade administrativa
 - Despesas ou transferências de recursos financeiros dos PIs da unidade administrativa
 - Novos equipamentos, desenvolvimento ou adaptação de sistemas de informação da SDA/MAPA
 - Contratação, capacitação ou treinamento de pessoas da unidade administrativa
 - Novos equipamentos, desenvolvimento ou adaptação de sistemas de informação das Unidades Organizacionais das SFAs das Unidades da Federação
 - Capacitação ou treinamento de pessoas dos órgãos de execução das atividades de fiscalização dos Estados
 - Outros. Especificar e quantificar:
-



Relatório de Análise de Impacto

16 - Quais seriam as principais dificuldades relativas à implementação do ato normativo proposto? (Administrativas, financeiras, entre outras)

Não há dificuldades, pois a regulamentação abrange todos os aspectos da produção já existente na agroindústria de pescado.

17 - Os benefícios esperados superam os custos de implementação da proposta? (Indicar brevemente as razões)

- Não. Por quê?
 Sim. Por quê?

A partir do momento que se tem regras claras sobre os procedimentos e instalações necessárias para a agroindústria de pequeno porte, isto possibilita a inclusão de novos estabelecimentos ao sistema, que hoje estão à margem da fiscalização por ausência de legislação que atenda o pequeno produtor.

18 - A implantação do ato normativo proposto depende da atuação de diferentes unidades administrativas do MAPA ou de outros órgãos ou instituições de governo? (Se sim, indicar os atores envolvidos e suas respectivas atribuições)

- Não.
 Sim. Relacionar.

Depende de ser incorporada pelos Municípios e pelo Estado que possuem fiscalização de estabelecimentos industriais de pescado e derivados.

19 - Qual é a opinião das autoridades incumbidas de executar as medidas quanto à clareza dos objetivos pretendidos e à possibilidade de sua execução?

as autoridades municipais e estaduais foram incluídas na discussão, participando ativamente nas reuniões e emitiram opinião favorável sobre a aplicação e incorporação desta regulamentação em seus estabelecimentos.

20 - O ato normativo foi submetido a testes sobre a possibilidade de sua implantação, com a participação das autoridades encarregadas de aplicá-lo? Por que não? A que conclusão se chegou?



Relatório de Análise de Impacto

Não houve testes. Mas houve ampla participação das autoridades encarregadas de aplicá-lo, nas tres esferas de fiscalização: municipal, estadual e federal. Todas concordaram da necessidade de regulamentação deste setor.

21 - Há necessidade de algum período de adaptação das empresas ou órgãos de governo para o cumprimento do ato normativo proposto? (Se sim, indicar brevemente as razões e o período necessário, em meses).

- Não.
- Sim. Relacionar.

22 - Quais mecanismos serão adotados para viabilizar a consulta e a participação dos atores e grupos afetados ou interessados? (Marque todas as opções aplicáveis)

- Ofício
- Reunião
- Consulta Pública
- Audiência Pública
- Câmara Setorial
- Outros. Especificar:

23 - Observações adicionais:
